

As diásporas e a globalização - a comunidade de negócios chinesa em Portugal e a integração da China na economia global

Diasporas and globalisation - The Chinese business community in Portugal and the integration of China into the world economy

Miguel Santos Neves* e Maria Beatriz Rocha-Trindade**

Resumo O artigo analisa, no contexto do processo conjugado de globalização e emergência da sociedade do conhecimento, o novo papel estratégico desempenhado pelas Diásporas como elos privilegiados no relacionamento entre o país de acolhimento e o respectivo país de origem e como factores estratégicos de política externa dos países de origem e instrumento fundamental do seu "soft power". A análise tem como referência o caso da Comunidade de negócios chinesa em Portugal cujos membros têm funcionado como catalisadores da integração da China na economia global e também da difusão da cultura chinesa desempenhando três funções estratégicas (i) catalisadores de fluxos económicos: portas de entrada das exportações chinesas em Portugal; investidores e mobilizadores de investimento estrangeiro para a China; (ii) fontes de inteligência económica, informação sobre oportunidades de negócios, características dos mercados e cultura de negócios local para as autoridades chinesas; (iii) *brokers* institucionais e agentes da paradiplomacia descentralizada dos governos provinciais e locais chineses.

Palavras-chave globalização e sociedade do conhecimento, comunidade de negócios chinesa em Portugal, diásporas culturais, política externa, *soft power*.

Abstract This article analyses, in the dual context of globalisation and the emergence of the knowledge society, the new strategic role performed by diasporas as significant links in the relationship between the receiving country and the respective country of ori-

* Coordenador do Programa Ásia do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI) e Professor Universitário / Coordinator of the Asia Programme at the Institute for Strategic and International Studies (IEEI) and University Professor.

** Investigadora do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI - Universidade Aberta) e Professora Catedrática da Universidade Aberta / Researcher at the Centre for the Study of Migration and Intercultural Relations (CEMRI) at the Open University and Professor at the Open University.

gin. Diasporas are also seen as strategic factors in the foreign policy of the country of origin and a fundamental instrument of its soft power. The analysis draws on the experience of the Chinese business communities in Portugal, whose members have been functioning as catalysts for the integration of China into the global economy and in the spreading of Chinese culture. They therefore perform three main functions: (i) catalysts of economic flows: entry points for Chinese exports in Portugal; investors and mobilisers of foreign investment in China (ii) sources of economic intelligence, information on business opportunities, characteristics of the markets and the local business culture for the Chinese authorities (iii) institutional brokers and agents of the decentralised 'paradiplomacy' of Chinese provincial and local governments.

Keywords globalisation, knowledge society, Chinese business community in Portugal, cultural diasporas, foreign policy, soft power.

■ As diásporas e a globalização – a comunidade de negócios chinesa em Portugal e a integração da China na economia global

Miguel Santos Neves and Maria Beatriz Rocha-Trindade

1. Introdução

A intensificação das migrações internacionais e dos fluxos humanos é uma das dimensões centrais do processo de globalização que se desenvolve em paralelo com a intensificação dos fluxos comerciais, de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e financeiros, apesar de terem em contraste com os outros fluxos uma conotação mais negativa. É que na dinâmica da globalização a lógica das fronteiras abertas e porosas aplica-se aos bens, serviços e capitais mas não às pessoas. As mudanças estruturais que as sociedades e o sistema internacional experimentam não são apenas determinadas pelo impacto do processo de Globalização, mas pela interacção entre três processos distintos, apesar de interligados, e simultâneos: a globalização, a emergência da sociedade/economia do conhecimento e a sociedade em rede. Em resultado, não temos vivido apenas num contexto marcado pela globalização, mas antes por um processo mais complexo que envolve simultaneamente globalização e localização, que alguns têm designado por “glocalização” (Rosenau, 2002; Enright, 2001), que contribui para reforçar a relevância dos fenómenos migratórios.

O factor localização está directamente associado ao processo de emergência da sociedade do conhecimento, que se caracteriza não só por toda a sua actividade se orientar para a produção, difusão e uso efectivo do conhecimento, o que envolve a sua operacionalização através da inovação - novos produtos, novos processos e tecnologias organizacionais com valor económico no mercado - e um papel central dos activos intangíveis, o capital humano e o capital social, mas também por ser uma sociedade da aprendizagem. A produção e difusão do “conhecimento tácito” (*know how* e *know who*) é o aspecto decisivo para a inovação. Ora, contrariamente ao “conhecimento codificado” (*know what* e *know why*), a produção e difusão do conhecimento tácito requer interacção pessoal, *face to face*, e a criação de laços de confiança, só sendo susceptível de transferência entre actores que partilhem as mesmas normas e valores e ambientes sociais caracterizados por um elevado nível de capital social. Esta interacção social subjacente tem de ser feita numa base territorial, o que contribui para atribuir um novo valor estratégico ao território e aos níveis regional e local, contrariando o efeito de desterritorialização e perda de relevância do território gerado pela globalização, na medida em que constituem o nível óptimo para a criação e densificação das redes de conhecimento que produzem e difundem o conhecimento tácito.

As migrações não são um fenómeno novo, mas neste contexto ganham uma nova relevância outras configurações e uma nova dinâmica que resulta do cruzamento e interacção entre a globalização e a sociedade do conhecimento, o que gera não só a intensificação quantitativa dos fluxos migratórios, mas também alterações qualitativas que envolvem novas formas, novas dinâmicas, novos riscos, novos protagonistas e motivações (Rocha, 2007). Por exemplo, no contexto da sociedade do conhecimento assume crescente relevância a migração de mão-de-obra qualificada, ou dos novos fluxos de “*knowledge workers*”, cientistas e académicos,¹ assim como uma nova “emigração de oportunidade” que procura explorar as oportunidades do mercado global numa perspectiva empreendedora, a par da tradicional e compulsiva “emigração de necessidade” que procura fugir ao drama da pobreza e a condições de vida sub-humanas. De igual modo, os novos processos de migrações temporárias e circulares que se estabelecem entre diversos destinos e o país de origem ilustram a nova realidade.

A globalização é um processo multidimensional que não se restringe à vertente económica, mas envolve também dimensões política, de segurança, cultural e ambiental. Este processo, para além dos efeitos positivos - associados ao crescimento dos fluxos de comércio e investimento internacionais, reforço da concorrência, à celeridade e facilidade das comunicações, ou ainda à convergência de valores culturais e da consciência sobre os problemas globais, designadamente os ambientais -, tem também impactos negativos relacionados com o aumento das assimetrias de rendimentos e de poder entre países, e entre grupos sociais no seio dos países; o aumento dos níveis de pobreza entre os marginalizados da globalização; e a expansão das ameaças difusas não-militares (terrorismo internacional, tráfico de armas, de droga e de pessoas e outra criminalidade organizada) que geram crescente insegurança.

As novas oportunidades oferecidas pelo mercado global; o aumento do desemprego e da pobreza em certas regiões e do fosso entre ricos e pobres; o maior acesso à informação e facilidade de transporte; a acção das redes organizadas de tráfico de pessoas e a expansão do crime organizado transnacional; a acelerada degradação ambiental e o aumento da insegurança em certas regiões, contribuem de forma articulada e em diferentes proporções para uma aceleração dos fluxos migratórios globais.² Este processo é ainda facilitado por um factor do lado da procura associado à dinâmica demográfica e aos problemas de envelhecimento das populações dos países desenvolvidos, o que gera um *deficit* de mão-de-obra e a necessidade de atrair trabalhadores estrangeiros e flexibilizar as entradas de imigrantes provenientes de países em vias de desenvolvimento com estruturas etárias mais jovens. As migrações e o crescimento dos fluxos migratórios são hoje, paradoxalmente, o resultado quer dos insucessos quer dos sucessos da globalização.

Por outro lado, no âmbito do processo complementar da emergência da sociedade do conhecimento, a circulação de capital humano constitui uma variável fundamental para a difusão do conhecimento tácito e a densificação das redes de conhecimento, sendo evidente uma crescente competição pela atracção de “*knowledge workers*” e cérebros entre os principais actores internacionais, uma orientação estratégica seguida desde há muito, e com sucesso, pelos EUA e, mais recentemente, pela China, pelo Japão e diversos países europeus. A mobilidade de talentos e a capacidade de atracção são factores decisivos na sociedade do conhecimento, essencial para o processo de inovação e a consolidação da competitividade, que permitem superar a lógica do “jogo de soma nula” com que tradicionalmente se encarava o fenómeno do “*brain drain*” e facilitar um novo sistema de partilha de talentos que podem funcionar como elementos de ligação entre diferentes redes de conhecimento. Nesta perspectiva as migrações surgem, de forma paradoxal, simultaneamente como consequência e como causa da densificação da sociedade do conhecimento.

O fenómeno da imigração na Europa, sobretudo a sua expansão e as políticas de imigração, tem sido um dos temas centrais e mais polémicos do debate político na União Europeia. De um modo geral, a problemática da imigração é encarada numa perspectiva negativa associada a problemas (desemprego, racismo, criminalidade) e a custos financeiros (subsídios de desemprego, segurança social) e conducente a políticas restritivas de controlo de fluxos, sendo claramente marginalizada a dimensão positiva do fenómeno relacionada com os contributos económicos dos trabalhadores imigrantes, o desenvolvimento de uma sociedade intercultural e até a facilitação das relações diplomáticas do país de acolhimento com o país de origem. Com efeito, a abordagem destas comunidades numa lógica das relações internacionais e o seu papel específico na política externa do país de acolhimento é um tema de crescente interesse e relevância no contexto da *glocalização*, em que o papel dos actores não-estatais e os canais informais são cada vez mais relevantes.

As Diásporas, caracterizadas por uma forte identidade cultural, pela manutenção de laços com o país de origem e pela sua natureza transnacional, têm vindo a desempenhar um papel de crescente relevância na sociedade global, onde surgem como actores não-estatais de primeiro plano com crescente peso económico e em alguns casos também político. Para os Estados de origem constituem activos estratégicos potenciais, fundamentais para responder aos novos desafios da *Glocalização*, conferindo-lhes uma vantagem competitiva adicional na economia/sociedade do conhecimento global. Mas para os países de acolhimento a sua relevância tem também vindo a acentuar-se, não só como factor dinamizador do empreendedorismo e de correcção dos desequilíbrios demográficos, mas também como elo especial de ligação com o Estado de origem e um vector da respectiva política externa bilateral.

2. As diásporas culturais

O termo Diáspora tem origem grega e significa *dispersão*. Foi frequentemente utilizado no passado para designar situações de êxodo forçado de populações, em situações angustiantes, tal como aconteceu em razão das perseguições ao povo judeu e, igualmente, como fuga ao genocídio de que foi vítima a população da Arménia.

No tempo presente, porém, a palavra diáspora tem vindo a ganhar, em termos sociológicos e também políticos, um novo significado, directamente ligado a situações de migração internacional, quando se caracterizam por um certo grau de permanência temporal; alguma diversidade de destinos; e, sobretudo, quando se verifica existir um forte sentimento de pertença das comunidades imigradas em relação ao seu país de origem e às raízes culturais ancestrais.

A literatura científica contemporânea sobre migrações abunda em obras dedicadas à análise e desenvolvimento do conceito de Diáspora, sendo muito numerosas as referências às diásporas de maior dimensão populacional, como a chinesa e a indiana, mas sem esquecer outras de menor volume, entre as quais se conta, por exemplo, o caso dos irlandeses, dos polacos e dos portugueses ou, ainda que com menor dimensão, a dos cabo-verdianos.

Em termos de Sociologia das Migrações, é frequente utilizar-se, de forma algo redundante, a expressão *Diáspora Étnica*, pretendendo talvez enfatizar que uma das características a ter em atenção no estudo de comunidades imigradas reside na origem étnica comum dos indivíduos que constituem cada uma delas. Numa outra aproximação, a designação de *Diáspora Cultural* aqui adoptada visa salientar, sobretudo, que é o cimento cultural que serve para aglutinar, entre os vários indivíduos considerados, o sentimento de pertença comum que os interliga, bem como ao seu país (ou região) de origem.

Nesse sentido, agora substancialmente mais alargado do que era no passado o conceito de diáspora, então praticamente confinado ao da emigração forçada por causas de natureza súbita e catastrófica, as diásporas culturais podem ser entendidas como substanciadas numa identidade regional comum, aplicada, por exemplo, à origem magrebina de um grande número de imigrantes em diversos países receptores europeus, ou a uma identidade de raiz religiosa, como a que existe entre as comunidades ismaelitas em muitos países do mundo, que têm no Aga-Khan o seu mentor espiritual.

A importância crescente do conceito de diáspora cultural advém também da acrescida facilidade das deslocações entre os mais diversos pontos do Globo, permitindo uma diversificação muito eficaz de quaisquer formas de mobilidade

humana, a partir de todas as origens e em direcção a qualquer destino. Por outro lado, a comodidade, rapidez e preço cada vez mais acessível do trânsito de mensagens em som e em imagem, designadamente através das comunicações via Internet, contribuem para que possa ser natural, frequente e continuada a ligação entre imigrantes e as suas terras e famílias de origem, exercitando o uso da língua veicular original e o contacto directo com todo o tipo de manifestações culturais que possam acontecer em qualquer um dos dois extremos do percurso migratório.

Os efeitos referidos serão ainda enfatizados pela generalização dos sistemas de banda larga, da telefonia móvel e da televisão por via cabo e via satélite, contribuindo para globalizar as importações culturais de todo o tipo, mas também para facilitar o contacto directo dos indivíduos expatriados com as suas culturas de origem e, assim, para a conservação dos seus traços essenciais ao longo do tempo.

Nesta perspectiva, entende-se que é inevitável uma crescente “polinização cruzada” de indivíduos que, tendo nascido num dado país e região do mundo, são transportados, como se tivessem sido levados pelos ventos, para muito distintas paragens, onde irão talvez criar raízes, florir e reproduzir-se em novos indivíduos – mas tendo entretanto levado a essas novas terras uma marca da sua personalidade cultural originária.

Também em termos de discurso político, a utilização do termo *diáspora* tende cada vez mais a expandir-se em abrangência, aparecendo agora frequentemente associada a quaisquer situações de migração, sem grande escrúpulo de rigor semântico. Um nível ainda maior desta inflação conceptual traduz-se pelo uso da palavra, agora sem qualquer justificação denotativa, para indiciar colectivos referentes a questões como as de género ou de preferências sexuais.

Regressando ao conceito de *diáspora cultural*, a confluência de grupos de pessoas portadoras de culturas diversas verifica-se, nos dias de hoje, em todas as grandes metrópoles de países receptores de migrantes e que tipicamente acolhem percentagens muito significativas de indivíduos de diversas proveniências, aliás facilmente detectáveis em razão de claras diferenças de fenótipo ou de particularidades no modo de trajar. Nos países economicamente mais favorecidos, a penetração de comunidades imigradas pode atingir zonas urbanas de menor dimensão, como também regiões rurais ou periféricas onde se verifiquem significativas carências de mão-de-obra.

Daqui resulta que, tendencialmente, se virá a verificar, em quase todas as regiões e países do Globo, a coexistência quotidiana de diversas comunidades com origens étnicas e culturais distintas, que terão de modelar os seus comportamentos

e atitudes no sentido de poderem constituir, no seu conjunto, uma sociedade que, muito embora seja multicultural, não poderá abdicar de ser eunómica, sob pena de ruptura social grave.

De facto, tem-se verificado ao longo dos tempos a falência de alguns dos modelos de organização das sociedades multiétnicas: o *assimilacionismo* e o correspondente ideal da homogeneização cultural segundo um padrão único, correspondendo à metáfora do *melting pot*, revelou-se ser irremediavelmente utópico; o *multiculturalismo*, postulando a “coexistência separada” das distintas comunidades, cada uma sujeita aos seus próprios códigos de conduta e, quiçá, cada uma com o seu próprio sistema de leis e de valores, tende a criar desigualdades, incompreensões e litígios, sempre que tais valores, quando vistos pelas diferentes comunidades em presença, se revelam ser incompatíveis.

A perspectiva *intercultural*, que se baseia na procura do conhecimento cruzado das várias culturas em presença e do respeito mútuo entre elas, embora sujeita a códigos e sistemas de leis com abrangimento e aplicação generalizados, parece ser aquela que encerra um maior potencial de sucesso na organização de sociedades multiculturais. No entanto, tal implica que não seja em nenhum caso negado o acesso de todos os residentes num país aos benefícios da cidadania, o que implica um verdadeiro propósito de facultar, por todos os meios possíveis, a integração plena dos imigrantes aí residentes; caso contrário, a própria exclusão da cidadania pode justamente ser invocada como argumento suficiente para a não conformidade de todos os indivíduos com as leis vigentes num dado país.

Em suma, as Diásporas, caracterizadas por uma forte identidade cultural e a manutenção de laços com o país de origem, que se têm consolidado com a aceleração dos movimentos migratórios nas últimas décadas, constituem para os Estados de origem activos estratégicos fundamentais para responder com sucesso aos novos desafios da Globalização e da emergência da sociedade do conhecimento, conferindo-lhes uma vantagem competitiva adicional na economia/sociedade do conhecimento global. Embora correspondam a uma dimensão informal, em geral menos visível, as comunidades de migrantes tendem a desempenhar um papel crucial enquanto canais de informação e de disponibilização de inteligência económica sobre mercados, facilitação de fluxos comerciais e de investimento directo estrangeiro (IDE) e elementos de ligação a *networks* de conhecimento. Esta nova visão estratégica, em que as comunidades de emigrantes no exterior são encaradas como instrumentos da política externa dos países de origem, tem como exemplos paradigmáticos a forma como a China tem mobilizado a sua diáspora, cujo contributo é decisivo para compreender o sucesso da economia chinesa e da sua integração na economia global; e os esforços que a Índia tem vindo a desenvolver desde 2003 para delinear e implementar uma estratégia pró-activa para mobilizar as capacidades e o potencial empreendedor das comunidades no

exterior e reforçar os seus laços com a Índia.³ A análise da estrutura, estratégia empresarial e actuação da comunidade de negócios chinesa em Portugal é particularmente relevante enquanto estudo de caso para a compreensão das novas funções desempenhadas pelas diásporas no contexto da globalização.

3. A comunidade de negócios chinesa em Portugal

A comunidade de imigrantes chineses em Portugal tem vindo a expandir-se a um ritmo significativo. Segundo dados oficiais e considerando as autorizações de residência em conjunto com as autorizações de permanência,⁴ a comunidade chinesa atingiu um total de 9.059 indivíduos em 2003 - representando cerca de 2,3% do número oficial de estrangeiros em Portugal, constituindo a maior comunidade asiática (à frente da Índia e do Paquistão) e a décima segunda maior comunidade estrangeira - aumentando para 10.167 em 2006 e 10.448 em 2007, um crescimento de 2,7% em relação ao ano anterior⁵ e que contrasta com a tendência geral de redução das grandes comunidades imigrantes, caso da brasileira, cabo-verdiana e ucraniana. No entanto, o número real de cidadãos de etnia chinesa em Portugal deverá ser superior, apontando as estimativas não-oficiais das associações chinesas para cerca de 15.000 a 17.000 pessoas.

O crescimento do número de imigrantes chineses é significativo, tendo quase quintuplicado entre 1995 e 2007, registando neste período uma taxa de crescimento de 476%, o que se enquadra num fenómeno geral de crescimento dos fluxos de emigração chinesa para os países da Europa do Sul (Espanha, Itália e Portugal) a partir de meados dos anos 90 em consequência de dois processos paralelos: aumento dos fluxos globais da China; re-emigração de imigrantes radicados na Europa do Norte e que em virtude da saturação dos mercados decidiram concretizar uma estratégia de diversificação para países com menor tradição de fluxos migratórios chineses à procura de novas oportunidades de negócio. De notar que, apesar de se registar uma redução do total de população estrangeira em Portugal a partir do pico de 2004, o total de população chinesa registou um crescimento contínuo.

Existe uma tendência de concentração geográfica dos imigrantes chineses, encontrando-se mais de 3/4 localizados em três distritos principais - Lisboa, Porto e Faro -, os quais em conjunto representavam 76,1% da comunidade. Contudo, existem sinais de uma tendência para alguma diversificação geográfica a favor de outras zonas do país, o que já provocou uma redução do peso relativo de Lisboa e Faro, e o aumento do peso do Porto, Setúbal e Santarém, sugerindo a existência de um fenómeno de dispersão progressiva dos imigrantes para centros secundários.

A maioria da população chinesa residente em Portugal é relativamente jovem, apontando a análise feita pelas associações chinesas para que mais de dois terços dos imigrantes tenham menos de 40 anos (68%) – 29,6% menos de 30 anos e 38,5% entre 31-40 anos - e cerca de um quarto entre 41-50 anos (24,7%).⁶

Regista-se uma tendência para o aumento do peso dos empresários e trabalhadores por conta própria entre os imigrantes chineses, que passaram de 9,4% do total em 1990 para 17,4% em 2000, representando os trabalhadores por conta de outrem ainda o grupo dominante com 82,6%. Verifica-se uma taxa de empreendedorismo na comunidade chinesa de cerca de 17%, o que se considera bastante elevada, mas é de presumir que a taxa real deverá ser ainda superior, próxima de 25%.

O projecto de investigação conjunto entre o Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI) e o Centro de Estudos das Migrações e das Relações Inter-culturais (CEMRI),⁷ desenvolvido entre 2003 e 2005 e coordenado pelos autores, analisou de forma aprofundada as características e dinâmicas da comunidade de empresários chineses em Portugal, envolvendo a aplicação de um inquérito e a realização de entrevistas com empresários e dirigentes de associações chinesas. As conclusões fundamentais desta pesquisa são particularmente interessantes e reveladoras do papel dos imigrantes chineses no contexto da *glocalização*.

Heterogeneidade da comunidade

Em primeiro lugar importa referir a heterogeneidade da comunidade chinesa, que se traduz na existência de três subgrupos de empresários chineses em Portugal: (i) os empresários oriundos de Moçambique que chegaram a Portugal na década de 1970; (ii) os empresários chineses da República Popular da China (RPC), que constitui o grupo dominante cuja maioria é originária da província de Zhejiang (tal como noutros países europeus, em especial na Europa do Sul), cuja imigração se iniciou na década de 1980 com duas vagas distintas; (iii) e os empresários provenientes do triângulo do Sul da China na década de 1990 (Macau, Hong Kong e Taiwan). Estes três grupos diferenciam-se não apenas pela origem geográfica, mas sobretudo pela língua, pelas referências culturais e pela amplitude da sua rede de contactos internacionais, o que permite concluir que, não obstante elementos culturais comuns, estes grupos têm identidades diferentes e funcionam de forma separada com um baixo nível de interacção entre si. Por exemplo, existem barreiras culturais e linguísticas entre as comunidades chinesas de Moçambique e da RPC, uma vez que a primeira fala cantonense e a segunda um dialecto de Zhejiang, bem como a existência de referências culturais distintas que se traduzem num grau diferente de integração na cultura ocidental. Este facto, bem como a concorrência directa em termos de negócios, explicam a quase ausência de contactos e de

parcerias entre as comunidades, apesar do facto de o *know-how* dos empresários chineses de Moçambique sobre o mercado e sobre o contexto cultural português parecer ser à partida uma mais-valia para uma integração com sucesso dos empresários da RPC.

A grande maioria dos empresários chineses, mais de quatro quintos (4/5), provém da República Popular da China (83%), surgindo em segundo lugar os empresários provenientes de Hong Kong (5%) e de Moçambique (5%) e, em terceiro lugar, os empresários vindos de Macau (3%). Relativamente aos empresários com origem na RPC, a grande maioria é proveniente da Província de Zhejiang, localizada a sul de Shangai, a qual representa 74% do total dos empresários da RPC. No seio da Província de Zhejiang existem duas cidades/regiões dominantes, em primeiro lugar a cidade portuária de Wenzhou, que representa 35% do total de empresários provenientes de Zhejiang, e em segundo lugar a zona rural de Qingtian, com 22% - espaços que constituem, aliás, de acordo com diversos estudos realizados noutros países europeus, duas zonas tradicionais de emigração para a Europa.

Motivações diferenciadas

Em segundo lugar, as motivações destes subgrupos também são distintas. O grupo que é oriundo de Moçambique deixou o país no meio de um processo de descolonização e escolheu Portugal por razões políticas. Tal facto levou a uma redução dos contactos internacionais (intensos com a China durante todo o período colonial) e uma concentração das actividades no mercado português numa conjuntura desfavorável e num contexto na altura mais limitador. O grupo oriundo de Hong Kong e Macau (Taiwan na prática tem pouca expressão) emigrou por razões ligados ao processo de transição da soberania para a China, sobretudo nos anos 90, como resposta à incerteza sobre o futuro político e económico das duas regiões administrativas. Trouxeram consigo não só os contactos internacionais com clientes e fornecedores como também, como valor acrescentado, a sua integração nas redes de *Overseas Chinese*.

O último grupo, constituído por empresários da RPC, está associado a uma emigração em duas fases distintas. O primeiro subgrupo, que emigrou nos anos 80, enquadra-se numa "imigração de necessidade" motivada pelas dificuldades económicas na RPC que escolheu Portugal fundamentalmente pela existência de laços familiares com emigrantes já radicados. O segundo subgrupo, que emigrou a partir da segunda metade da década de 90, enquadra-se numa "imigração de oportunidade" tirando partido do processo de integração da economia chinesa na economia mundial e que escolheu Portugal com base nas oportunidades de negócio. Neste último subgrupo importa sublinhar que Portugal não é encarado de forma isolada, mas como parte integrante do mercado europeu.

O primeiro movimento na década de 80 é fundamentalmente explicado pelo início da abertura da RPC e do seu programa de reformas das “4 modernizações”, o qual determinou uma atitude mais aberta e uma nova política de relativa liberalização quanto à emigração traduzida na lei da emigração de 1985. No entanto, estava-se ainda na fase inicial das reformas em que, como resultado da estratégia de redução do risco adoptada por Deng Xiaoping, as reformas estavam geograficamente circunscritas inicialmente a Guangdong, que surge como a região de liderança do processo, e em menor escala a Fujian, pelo que a prosperidade e crescimento económico estavam concentrados na região do Sul da China, especialmente nas zonas vizinhas de Macau e Hong Kong em Guangdong e Fujian. O processo de reformas e crescimento económico só gradualmente se foi difundindo e se foi estendendo a outras regiões costeiras mais a Norte durante o final da década de 80 e a primeira metade da década de 90. As zonas de origem de imigrantes nesta primeira fase, nomeadamente Zhejiang, tal como Shanghai, não participaram nesta fase inicial de crescimento económico, sendo antes regiões que durante a década de 80 se debatiam ainda com dificuldades económicas. Assim, este fluxo migratório surge essencialmente como uma resposta às dificuldades económicas e pobreza que afectavam a maioria das regiões da China, pelo que surge como uma imigração que podemos caracterizar como de “necessidade”.

Pelo contrário, o movimento iniciado na segunda metade da década de 90 pode ser caracterizado como uma “imigração de oportunidade”, na medida em que a motivação dominante é a da internacionalização e de exploração de oportunidades em mercados externos. Com efeito, na segunda metade da década de 90 as zonas de origem dos empresários chineses em Portugal, em especial Zhejiang, conheciam já uma prosperidade significativa associada à emergência de Shanghai como grande centro económico. Zhejiang surgia em 2000 no oitavo lugar entre as Províncias chinesas em termos de índice de desenvolvimento humano e em quarto lugar em termos de PIB *per capita*. Neste contexto, as razões para os fluxos migratórios já não são as dificuldades económicas, uma vez que os imigrantes provêm dos pontos mais desenvolvidos de Zhejiang, mas sim o potencial de capital humano, a estratégia pró-activa de emigração da Província e os objectivos de internacionalização económica e integração na economia mundial.

Nos anos 90 há que referenciar ainda uma outra causa específica relacionada com o processo de reunificação da China e transferência de soberania de Hong Kong e Macau para a RPC e o “efeito do *handover*”. A crise de confiança no futuro de Hong Kong, que marcou a fase final da transição, e a incerteza quanto à vontade e capacidade de a China respeitar os seus compromissos e preservar o modelo “um país, dois sistemas”, originou um êxodo de vários quadros e empresários de Hong Kong que procuraram centros alternativos para sediar os seus negócios como estratégia de gestão do risco. Embora a maioria destes empresários tenha escolhido o Canadá, EUA e Austrália, e em menor número o Reino Unido, existiram também fluxos para outros países europeus.

Características do negócio

Em terceiro lugar, relativamente às características do negócio foi possível concluir que as empresas chinesas são tipicamente microempresas e pequenas empresas de cariz familiar e com uma estrutura de decisão centralizada. Contudo, isto não implica que não existam empresários com alguma dimensão até internacional. Estes empresários, na linha do modelo de organização empresarial chinesa, optam por um conjunto de PME's em vez de uma grande empresa, o que reduz a visibilidade e permite uma melhor gestão do risco. Este objectivo é conseguido através de dois mecanismos distintos: dispersão geográfica do negócio envolvendo diferentes estabelecimentos em diferentes zonas do país; e diversificação sectorial com diferentes empresas a operar de forma articulada em sectores diferenciados. Verifica-se uma flexibilidade elevada que se traduz na rapidez de entrada e saída num determinado negócio e segmento de mercado. A resposta às mudanças está mais associada à saída de um sector para outro do que à adaptação às mudanças de mercado no mesmo sector, dificultada pela natureza centralizadora dos processos de decisão controlados pelo líder do grupo familiar.

As empresas chinesas operam predominantemente no sector dos serviços, com particular incidência no comércio, quer de retalho quer grossista, bem como no *import-export*. Este facto traduz uma evolução, na medida em que o peso do tradicional sector da restauração diminuiu. Além disso, verifica-se que em regra as empresas chinesas funcionam numa escala mais alargada do que o mercado nacional, nomeadamente ibérica e europeia, e que atingiram um certo grau de sofisticação na medida em que adoptam uma perspectiva de cadeia de valor alargada que também já começa a incluir o sector secundário. De notar que uma das tendências inovadoras consiste na emergência do investimento chinês na indústria, sobretudo no sector têxtil e do vestuário, repetindo-se assim em Portugal um fenómeno já verificado anteriormente noutros países europeus como a Itália e a Espanha.

As empresas chinesas relacionam-se sobretudo com outras empresas chinesas em Portugal enquanto clientes e fornecedores, mas contrariamente às expectativas têm um relacionamento com outras empresas chinesas mais complexo e abrangente. Um dos traços mais notáveis é o número de empresas com relações com empresas chinesas que operam em outros países da União Europeia (o estudo identificou Espanha, França e Itália como os mais importantes) essencialmente como fornecedores, o que sugere a existência de uma rede à escala europeia relativamente desenvolvida. Esta rede traduz relações privilegiadas de *guanxi*[®] que por sua vez permitem aos empresários chineses em Portugal reforçar a sua competitividade através da obtenção de crédito comercial e de preços e condições de pagamento mais favoráveis. A abordagem europeia também se manifesta através da prática de aproveitamento de oportunidades de negócio noutros países

européus. Neste contexto salienta-se que sobretudo o grupo dos imigrantes mais recentes tem grande mobilidade no espaço europeu, tendo mesmo em alguns casos a sua entrada em Portugal resultado de uma re-emigração a partir de outro país europeu. Poderá concluir-se, por conseguinte, que os empresários chineses têm uma visão à escala europeia muito mais pronunciada e que aproveitam as oportunidades nesta lógica, mais do que muitos empresários portugueses a nível de PME's cuja focagem ainda está muito restrita ao mercado nacional ou mesmo local.

O nível de relacionamento com empresas portuguesas é significativo, embora com menor intensidade, enquadrando-se sobretudo numa lógica de cliente e menos de fornecedor. No entanto, é claro que não existem relações de parceria, apesar das potenciais vantagens que uma tal relação poderia trazer quer no plano interno, quer na abordagem do mercado chinês ou mesmo europeu.

Importa referir neste contexto que, contrariamente à percepção dominante que tende a realçar os aspectos negativos associados a uma pretensa concorrência desleal, existe um contributo positivo da comunidade empresarial chinesa para a economia portuguesa que normalmente passa despercebido. Esse contributo tem manifestações a diferentes níveis. Em primeiro lugar, os empresários chineses contribuíram para a criação de emprego em Portugal. O inquérito evidencia a criação de postos de trabalho ocupados por portugueses e não o uso exclusivo de mão-de-obra chinesa. Em segundo lugar, contribuíram para o acréscimo de concorrência, com efeitos positivos para os consumidores. Em terceiro lugar, verificou-se investimento chinês em sectores em declínio em Portugal, adquirindo e viabilizando empresas à beira da falência, mantendo a capacidade produtiva e uma parte dos postos de trabalho na região.

As recentes polémicas envolvendo comerciantes portugueses e chineses no Norte do país são ilustrativas de um desconhecimento da base da competitividade das empresas chinesas em Portugal: *guanxi*, uma visão integrada do mercado europeu e uma aposta estratégica virada para um segmento de mercado em crescimento, mesmo em alturas de recessão, e caracterizado por uma grande flexibilidade de resposta ao mercado. Os *guanxi* e as relações de confiança subjacentes contribuem para reduzir o risco bem como os custos de transacção e, desta forma, os preços praticados, na medida em que os contactos sociais garantem o cumprimento das obrigações. Por outro lado, também facilitam a concessão do crédito comercial, contribuindo para a redução dos custos financeiros, de grande benefício para os grossistas chineses em Portugal relativamente a grossistas de maior dimensão em outros países europeus e dos retalhistas em relação aos grossistas em Portugal. Da mesma forma, a visão integrada do mercado europeu permite não só usufruir de fontes de *inputs* mais baratas fora do mercado português, caracterizado por significativas restrições da concorrência, como também

aproveitar economias de escala de operadores de maior dimensão em outros países. A aposta estratégica é caracterizada por uma grande flexibilidade que visa acompanhar oportunidades de negócio que se abrem através da diversificação. Além disso, a aposta num segmento de mercado de consumo de massa de bens não duradouros relativamente baratos constitui uma estratégia particularmente adequada à actual conjuntura económica portuguesa.

Ligações à China

Uma das conclusões mais significativas do estudo é a elevada intensidade do relacionamento dos empresários chineses com a RPC, privilegiando as zonas de origem dos emigrantes. O resultado mais significativo é que essas relações não se limitam a um plano social, mas têm cada vez mais uma dimensão económica quer ao nível comercial quer, ainda mais relevante, ao nível do investimento directo na própria China.

O dado talvez mais importante é a dimensão do novo fenómeno do investimento directo dos empresários chineses em Portugal na China. Os dados obtidos no inquérito revelam que cerca de 20% dos empresários têm já projectos de investimento na China motivados pelas oportunidades de negócio associadas ao crescimento da economia e pela diversificação num sector de negócio diferente daquele em que operam em Portugal. No âmbito das entrevistas concluiu-se que existem ainda vários empresários com a intenção de vir a realizar investimentos a médio prazo na China, o que faz prever ser esta uma tendência que irá reforçar-se nos próximos anos.

Os investimentos têm duas lógicas distintas. Em primeiro lugar, há investimentos nos mesmos sectores em que os empresários operam em Portugal, numa lógica de expansão do negócio que explora os contactos criados na Europa e o *know-how* acumulado em conjunto com as ligações à China. Um exemplo deste é o investimento que a empresa Fei Long está neste momento a realizar em Shanghai com a construção de uma unidade de transformação de mármore com tecnologia de ponta e uma dimensão considerável, virado simultaneamente para a produção para o mercado local e exportação. Este investimento é feito com o parceiro local de forma a facilitar a inserção no mercado chinês. Em segundo lugar, uma lógica observada é os investimentos na China terem como objectivo não apenas a exploração das oportunidades locais, mas também a diversificação do negócio, investindo em sectores diferentes daqueles em que operam em Portugal. Registam-se alguns casos de investimento no sector imobiliário nas zonas de origem dos empresários, bem como em pequenas unidades industriais.

Este fenómeno do crescimento do investimento dos empresários chineses na China é explicado não só pelas oportunidades de negócio num mercado em expansão como também pelo tratamento mais favorável e a política de acolhimento activa

que as autoridades chinesas, especialmente a nível regional e local, oferecem aos *Overseas Chinese*. Estas vantagens traduzem-se em condições mais favoráveis de acesso ao crédito local, ao acesso a terrenos para construção a preços mais baixos e a simplificação e redução da burocracia nos processos administrativos de aprovação. É assim visível uma convergência de interesses dos empresários chineses em Portugal e das autoridades regionais na China, uma vez que aqueles desempenham funções estratégicas como portas de entrada de exportações da RPC na Europa e como angariadores de investimento estrangeiro.

O associativismo chinês e a paradiplomacia das Províncias

O associativismo chinês tem uma ligação muito estreita e uma função instrumental para a dinamização das relações económicas entre os empresários chineses em Portugal e a China. É interessante notar que o associativismo chinês em Portugal tem objectivos essencialmente externos e não tanto internos, servindo fundamentalmente para fortalecer as relações privilegiadas com o governo chinês e as autoridades regionais, concedendo aos dirigentes um estatuto especial e um tratamento mais favorável. Em consequência, o associativismo em Portugal não tem sido tanto utilizado como instrumento perante o país de acolhimento para expressar interesses comuns junto das autoridades portuguesas ou para organizar serviços para os associados, o que gera em casos extremos o reconhecimento da associação junto do governo chinês sem que a mesma tenha uma existência legal em Portugal.

Com efeito, diversos empresários chineses em Portugal desempenham cargos formais nos Conselhos Consultivos Provinciais e Municipais, tendo sido indicado no âmbito das entrevistas realizadas que neste momento existem três conselheiros políticos provinciais e um conselheiro municipal.⁹ Este facto traduz a estratégia dos governos provinciais e municipais mais activos internacionalmente na promoção dos interesses económicos específicos das suas regiões, utilizando como instrumento essencial destas acções de “paradiplomacia” as redes de empresários chineses originários destas regiões. Tal integra-se numa tendência de fundo de emergência da nova paradiplomacia das províncias chinesas, não de todas mas essencialmente das mais prósperas com maior nível de integração na economia mundial, as quais têm vindo a desenvolver a sua paradiplomacia de forma activa, com a aprovação do Governo Central, desenvolvendo relações directas com regiões europeias, casos de Jiangsu e a sua rede de representações na Europa com centro em Dusseldorf, de Zhejiang, Shanghai ou Shandong com ligações privilegiadas com a Baviera. Em Portugal, alguns empresários chineses foram nomeados “embaixadores económicos informais” de cidades chinesas, como é o caso do Presidente da Liga dos Chineses em Portugal que foi designado como “Embaixador para a captação de investimento estrangeiro” pela cidade de Qingdao, província de Zhejiang.

A função destes embaixadores em particular, e das redes em geral, inclui também a angariação de investimento estrangeiro de empresários europeus, particularmente de PME. Contudo, tanto na informação recolhida nos inquéritos, como nas entrevistas realizadas não se detectou nenhum caso de concretização de investimentos de empresários portugueses na China – isoladamente ou em parceria com empresários chineses – através dos referidos canais. Este facto pode ser explicado pela atitude de aversão ao risco das PME portuguesas, embora as resposta ao inquérito sugira também que existem dificuldades de relacionamento entre os empresários chineses e portugueses decorrentes, em primeiro lugar, das diferenças sobre a forma de fazer negócio, bem como dificuldades de comunicação decorrentes da língua. As entrevistas indicam ainda que os empresários chineses têm uma certa abertura relativamente à possibilidade de constituírem parcerias com PME portuguesas para investimento no mercado chinês, mas que não tem existido uma resposta da parte portuguesa. Deve notar-se que do lado das empresas portuguesas existe à partida uma atitude de pouca abertura relativamente à cooperação inter-empresarial e uma reduzida propensão para o envolvimento em processos de cooperação, como demonstra um recente estudo do *Observatory of European SMEs* envolvendo dezanove países europeus. Uma das conclusões do estudo é a de que as PME portuguesas são aquelas que registam o nível mais baixo de cooperação, por um lado, e que mesmo as poucas que apostam nesta estratégia de reforço da competitividade têm preferência por mecanismos de cooperação formal, o que reflecte um nível significativo de desconfiança.¹⁰

Todavia, estas parcerias são um instrumento potencial de grande interesse numa estratégia de internacionalização, na medida em que as PME possam tirar partido dos *guanxi* dos parceiros chineses e assim reduzir o risco e melhorar o conhecimento e acesso ao mercado. Os obstáculos à cooperação inter-empresarial merecem, por isso, uma investigação continuada e mais aprofundada.

Em síntese, as ligações dos empresários chineses com a China são fortes e, acima de tudo, activamente aproveitadas e promovidas pelo Governo Central, mas também pelas autoridades provinciais e locais chinesas. Perfila-se cada vez mais uma política estruturada da China relativamente aos empresários chineses no estrangeiro, nomeadamente na Europa, que faz parte integrante da estratégia do desenvolvimento da RPC e da sua integração na economia global. Em particular, no contexto da dinâmica da globalização das trocas comerciais e dos investimentos, os empresários chineses na Europa, designadamente em Portugal, desempenham um papel estratégico fundamental a três níveis distintos: como porta de entrada das exportações chinesas; como financiadores do investimento na China através do reinvestimento dos lucros obtidos na Europa; e ainda como facilitadores do processo de investimento directo chinês na Europa e no espaço lusófono, funcionando em alguns casos como parceiros das empresas chinesas para esse fim.

4. Implicações para as relações Portugal-China

Neste contexto os empresários chineses em Portugal podem e devem ser encarados como um factor estratégico de relevo na formulação de uma estratégia portuguesa coerente de longo prazo no relacionamento com a China. Existem diversos domínios em que o papel estratégico da comunidade de negócios chinesa poderia ser considerado, mas destacam-se especialmente os seguintes:

(i) Promoção de cooperação entre os empresários chineses e as PME's portuguesas na perspectiva da constituição de parcerias para a realização de investimentos conjuntos na China. O envolvimento dos parceiros chineses permite reduzir os riscos políticos e os custos de transacção na abordagem do mercado chinês. O maior desafio que se coloca à competitividade da economia portuguesa é a internacionalização das PME's, processo que enfrenta diversos obstáculos, desde as limitações de estrutura e de recursos até a uma atitude de maior aversão ao risco. Os dados disponíveis revelam que as PME's portuguesas são aquelas que apresentam níveis mais baixos de internacionalização no contexto da UE-15. Ora, a comunidade de negócios chinesa deve ser encarada precisamente como um potencial facilitador da internacionalização das PME's portuguesas relativamente ao mercado chinês, mas também a outros mercados na Ásia, atentas às ligações com as redes de *Overseas Chinese*, mercados que apresentam o maior potencial de crescimento no presente e no futuro.

(ii) Política activa de atracção de investimento chinês para os sectores industriais em declínio e sob grande pressão da concorrência chinesa (têxteis, vestuário, brinquedos e, a curto prazo, o calçado e os produtos electrónicos e eléctricos) como alternativa à atitude passiva e a uma lógica puramente proteccionista que têm predominado. A procura de alianças e parcerias com os concorrentes é uma lógica a que tem sido atribuída pouca atenção, mas que merece maior ponderação. Existem indícios do interesse de empresários chineses nos sectores têxtil e do calçado em Portugal, demonstrado pela concretização de alguns investimentos, o que permitiria evitar a falência de empresas e a eliminação da capacidade produtiva, mas também a recuperação parcial dos sectores em dificuldade. Assim, faria sentido criar condições mais favoráveis para este tipo de investimentos, simplificando procedimentos e acelerando processos de decisão.

(iii) Atracção de investimento directo chinês em Portugal numa lógica de longo prazo nos sectores de futuro em que existam interesses complementares, acompanhando assim uma tendência que já se iniciou, e que se irá acentuar significativamente na próxima década: o aumento exponencial do investimento chinês no exterior. A China não é apenas um grande recipiente de IDE, mas começa também a ser um exportador de capitais, sendo expectável a sua emergência como um dos grandes investidores a nível mundial.¹¹ Portugal pode captar uma parte des-

te investimento chinês envolvendo os empresários chineses em Portugal como “embaixadores informais” junto das suas regiões na China, procurando desta forma perceber quais os sectores prioritários para a China e divulgando as informações sobre o pacote de incentivos oferecidos por Portugal. Alguns investimentos recentes em Portugal beneficiaram desta facilitação: casos do investimento na criação de uma fábrica de pilhas “verdes” em Beja, pelo grupo chinês Shanghai Union Technology Co. Ltd, que envolve um montante global de 221 milhões de euros e a criação de cerca de 580 empregos e cuja primeira fase se concretizará em 2008; e do projecto de constituição de uma plataforma logística em Beja para distribuir produtos chineses na Península Ibérica e em outros países europeus tirando partido das ligações entre o aeroporto de Beja e o Porto de Sines e de uma plataforma industrial. Dado o papel estratégico do turismo para Portugal, e o facto de a China ser o mercado de origem de turistas com maior potencial de crescimento nas próximas décadas, este seria outro sector de inegável interesse. Em 2007 um total de 40 milhões de turistas chineses viajaram para o exterior, embora só 5% tenham tido como destino a Europa, tendo dispendido um montante global de 30 mil milhões de dólares. As estimativas apontam para que o número total de turistas chineses, que duplicou entre 2003 e 2007, possa atingir cerca de 100 milhões em 2020.¹²

(iv) Ao nível institucional, existe uma oportunidade de descentralização e diversificação das relações com a China, promovendo ligações mais regulares e directas entre regiões ou municípios de Portugal (enquanto governos locais) com Províncias e sub-regiões na China, aproveitando as ligações privilegiadas que muitos empresários chineses mantêm com as suas zonas de origem. Desta forma seria possível ultrapassar a situação actual de uma relação fortemente centralizada, dominada pelas relações entre governos centrais Lisboa-Pequim, na qual Portugal tem um peso comparativamente limitado, menor agora do que até 1999, e carece de ganhar dimensão. A abordagem portuguesa não deverá ser, no plano das relações económicas, uma abordagem global com base numa perspectiva integrada do mercado chinês, mas sim uma abordagem mais desagregada, selectiva e especializada, promovendo a concentração num número reduzido de Províncias, sub-regiões e mesmo de *counties* e cidades, numa escala mais adequada à escala da economia portuguesa e das empresas portuguesas.

(v) Neste contexto, os empresários chineses em Portugal poderão contribuir através dos seus contactos para o desenvolvimento de acções de “paradiplomacia” por parte de entidades sub-nacionais portuguesas, com especial atenção às zonas menos desenvolvidas do interior da China, onde as oportunidades são maiores para as PME. Estas ligações institucionais descentralizadas são importantes na facilitação do acesso ao mercado por parte de empresas portuguesas e na redução dos custos de transacção e redução das práticas discriminatórias *de facto*. As relações económicas têm de ter uma cobertura institucional, mais

relevante no contexto da economia chinesa, que ainda está a completar a transição plena para uma economia de mercado na qual o Estado exerce uma forte influência sobre a economia e controla aspectos estratégicos. As ligações com Zhejiang, em especial com Wenzhou e Qintiang, são as mais óbvias, dado o peso dominante dos empresários provenientes desta região, embora existam muitas outras possibilidades, dado que a diversidade de locais de origem na China dos empresários chineses em Portugal é considerável.

O reforço do conhecimento sobre a cultura de negócios chinesa é essencial para a abordagem do mercado chinês por parte de empresários portugueses, dada a distância cultural entre os dois países e o grande *deficit* de conhecimento sobre a China prevaiente em Portugal. Esta situação pode ser ultrapassada pela acção da comunidade de negócios chinesa. A interacção com os empresários chineses em Portugal proporciona uma excelente oportunidade para um conhecimento da cultura de negócios chinesa, assim como de aspectos mais gerais da cultura chinesa e das especificidades regionais. Nesta perspectiva teria especial interesse um maior envolvimento das autoridades portuguesas e da própria sociedade civil na organização conjunta com a comunidade chinesa de iniciativas localizadas em Portugal para divulgação da cultura chinesa, da realidade e oportunidades dos “mercados chineses”, assim como a implementação do ensino da língua chinesa.

5. Conclusões

No contexto da *glocalização* e, em especial, em resultado da dinâmica da transição para a sociedade do conhecimento, os fluxos de pessoas e o capital humano assumem uma relevância estratégica acrescida, conferindo às migrações uma posição central e contribuindo para a emergência de uma visão mais positiva que sublinha a importância dos laços informais e dos actores não-estatais. Tal permite encarar as diásporas como elos privilegiados no relacionamento entre o país de acolhimento e o respectivo país de origem, assim como factores estratégicos de política externa dos países de origem e instrumento fundamental do seu “*soft power*”.

A comunidade de negócios chinesa em Portugal é caracterizada pela sua heterogeneidade (envolvendo subgrupos com diferentes influências culturais e níveis de internacionalização), elevado nível de empreendedorismo, grande mobilidade e visão integrada do mercado europeu, cujas vantagens explora com base na activação de uma complexa rede de *guanxi*, e por um considerável nível de internacionalização onde se incluem laços económicos significativos com a China. Esta comunidade ilustra de forma clara a nova visão sobre o papel dos imigrantes como elos de ligação entre o local e o global e como agentes catalisadores da integração da China na economia global e também da difusão da cultura chinesa.

A tese fundamental, apoiada na interpretação dos dados obtidos na investigação, é que a comunidade de negócios chinesa, que actua segundo uma lógica integrada europeia e não apenas restrita ao espaço português, desempenha três funções complementares relativamente à China: (i) catalisadores de fluxos económicos: portas de entrada das exportações chinesas em Portugal; investidores e mobilizadores de investimento estrangeiro para a economia chinesa, mas igualmente potenciais parceiros para a nova estratégia de investimento chinês no exterior; (ii) fontes de inteligência económica, organizando e disponibilizando, a partir da experiência empresarial no terreno, informação sobre oportunidades de negócios, características dos mercados e cultura de negócios local para as autoridades chinesas; (iii) *brokers* institucionais, designadamente através das Associações, entre os Governos Provinciais e locais chineses e as autoridades regionais e locais portuguesas, funcionando como agentes da paradiplomacia descentralizada chinesa. Assim, a Diáspora Chinesa deve ser vista como um instrumento informal significativo do “*soft power*”¹³ da China, na exacta medida em que combina o poder económico, associado à capacidade de investimento e inovação, e a cultura, contribuindo para a projecção da cultura chinesa e o reforço da sua influência ao nível global.

Esta análise suscita diversas questões sobre o potencial da Diáspora Portuguesa e a ausência de uma visão estratégica sobre a mesma. A emigração portuguesa constitui, à semelhança da chinesa, um exemplo típico de diáspora cultural: antiga desde há séculos; diversificada por todos os continentes; com uma dimensão muito significativa que atinge o equivalente a metade da população residente no país;¹⁴ e conservando laços afectivos e materiais com as suas origens, pese embora o decurso de décadas e de gerações.

Ora, não obstante as iniciativas tradicionais de manutenção dos laços culturais e de atracção de remessas numa lógica passiva, Portugal não tem tido uma estratégia pró-activa de mobilização da sua Diáspora na perspectiva do reforço da capacidade de resposta aos desafios da globalização e da sua integração como factor estratégico da política externa portuguesa.

Este é, sem dúvida, o desafio fundamental que se coloca a Portugal nos anos vindouros; para lhe responder eficazmente o exemplo das comunidades de *Overseas Chinese* poderá constituir uma adequada fonte de inspiração e reflexão.

Notas

¹ Sobre a migração qualificada e o *brain drain* ver Skeldon (2005).

² Estima-se que actualmente o número total de imigrantes internacionais atinja cerca de 200 milhões de pessoas, representando cerca de 3% da população mundial, quando em 1960 seriam cerca de 75 milhões – cf. *Global Commission on International Migration, Report 2005* e *UN Department of Economic and Social Affairs, International Migration 2006*. A maioria dos imigrantes internacionais vive na Europa (64 milhões), na Ásia (53 milhões) e na

América do Norte (45 milhões) sendo os países com o maior *stock* de imigrantes: EUA (38 milhões); Rússia (12 milhões); Alemanha (10 milhões); Arábia Saudita (6,3 milhões); França (6,4 milhões); Canadá (6,1 milhões); Índia (5,7 milhões) e Reino Unido (5,4 milhões).

³ A Diáspora Indiana que se espalhou pelos diversos continentes ao longo de vários séculos, especialmente a partir do século XIX, contará hoje, segundo as estimativas do High Level Committee on India Diaspora (2001), com cerca de 20 milhões de pessoas espalhadas por mais de 100 países. Contudo, verifica-se uma significativa concentração em seis países que representam cerca de 50% do total, cada um com uma comunidade superior a 1 milhão de pessoas: Myanmar, EUA, Malásia, Arábia Saudita, Reino Unido e África do Sul. A Europa conta com cerca de 1,6 milhões de indianos, menos de 10% do total da diáspora, numa posição semelhante à dos EUA. No contexto europeu as maiores comunidades encontram-se no Reino Unido com 1,2 milhões, e na Holanda com 217.000. Portugal tem a quarta maior comunidade de *Overseas Indians*, logo a seguir à Itália, com cerca de 70.000 pessoas de acordo com as estimativas do Governo Indiano - sendo 65.000 PIOs e 5.000 NRI - à frente da França e da Alemanha.

⁴ A *autorização de permanência* permite a cidadãos estrangeiros, possuidores de um contrato de trabalho, permanecer legalmente em território português. O imigrante terá igualmente de estar inscrito na Segurança Social e pagar os impostos previstos na lei. Este tipo de autorização é válida por um ano e pode ser renovada até um período máximo de cinco anos, findo o qual o cidadão estrangeiro terá de requerer uma autorização de residência. A autorização de permanência pode também ser concedida a estrangeiros que se encontrem em Portugal sem visto de trabalho, sejam titulares de proposta de contrato de trabalho, ou de contrato, com informação da Inspeção-Geral do Trabalho, e desde que não tenham sido condenados por sentença com pena privativa de liberdade de duração superior a seis meses e não estejam indicados no Sistema Integrado de Informações do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

A *autorização de residência* permite aos cidadãos estrangeiros residir em Portugal, existindo dois tipos de autorização: (i) A autorização de residência temporária, válida por dois anos a partir da data da emissão do respectivo título e renovável por períodos sucessivos de três anos, sendo objecto de actualização sempre que se alterem os elementos de identificação pessoal registados nesse título; (ii) A autorização de residência permanente, que apesar de não ter um limite de validade deve ser renovada de cinco em cinco anos ou sempre que tal se justifique, o que acontece quando se verificam alterações nos elementos de identificação pessoal.

⁵ Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), *Relatório de Actividades 2007 - Imigração, Fronteiras e Asilo* e estatísticas de diversos anos.

⁶ Liga dos Chineses em Portugal, *A Comunidade Chinesa em Portugal*, 2005.

⁷ Projecto de investigação desenvolvido pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI) e pelo Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI) da Universidade Aberta, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), Projecto POCTI/SOC/40827/2001, intitulado "A comunidade de negócios chinesa em Portugal: Implicações para a política externa portuguesa e as relações bilaterais Portugal-China", desenvolvido entre Janeiro de 2003 e Março de 2005, cujos resultados foram publicados pelo Instituto Nacional de Administração (INA) em 2006.

⁸ Os *guanxi* relacionam-se com ligações pessoais que envolvem "obrigações mútuas, boa vontade e afecto pessoal com particular ênfase na família e na partilha de experiências comuns". Existem três níveis diferentes de *guanxi*: (i) o primeiro e prioritário envolve a família, incluindo a família alargada e os amigos próximos; (ii) o segundo envolve pessoas com partilha de experiências comuns em fases cruciais da vida, como antigos colegas de escola ou companheiros no serviço militar; (iii) o terceiro envolve estranhos com os quais sejam estabelecidas relações de confiança na sequência de um processo de contactos longo e exigente. A relação de *guanxi* pressupõe um sistema complexo de troca de favores e informações, através do qual a prestação de um favor cria a expectativa de reciprocidade, embora sem uma data precisa, sendo que algumas dívidas se prolongam durante gerações e são efectivamente reciprocadas muitos anos mais tarde. O princípio essencial é que o favor deve ser pago através de favores ligeiramente maiores por forma a alimentar a sustentabilidade da relação.

⁹ Entrevista efectuada ao Sr. Y Ping Chow (06.12.2003) e comunicação do Presidente da Liga dos Chineses em Portugal no "Forum Viver a Europa" organizado pelo IEEI a 4 de Novembro de 2004, em Lisboa.

¹⁰ *SMEs and Cooperation*, Observatory of European SMEs, 2003, n.º 5, European Commission.

¹¹ A expansão do investimento chinês no exterior é um novo fenómeno com tendência para se intensificar, existindo neste momento já um *stock* global de IDE chinês no exterior de 73 mil milhões de dólares em 2006 e que está repartido pelos diversos continentes, incluindo a Ásia, EUA, UE, África e América Latina, tendo crescido muito rapidamente entre 2003-2006, de 33 mil milhões de dólares em 2003, para 44 mil milhões de dólares em 2004 e 57 mil milhões de dólares em 2005. Os fluxos de IDE chinês no exterior atingiram o montante de 16 biliões de dólares, tendo triplicado em relação a 2004 - cf. *World Investment Report 2007*, UNCTAD, quadros anexos 9 e 12.

¹² Relatório do ETC/UNWTO *Chinese Outbound Tourism Market*, 2006 (elaborado pelo European Tours Operators Associations). Para os dados de 2007 cfr. World Tourism Organization statistics: www.unwto.org/media/news. A China tem também reforçado a sua posição como mercado de destino turístico, sendo hoje o quarto maior mercado com um total de receitas do turismo de 78 mil milhões de dólares, mas podendo atingir em 2014 a primeira posição, ultrapassando a França.

¹³ Nos termos definidos por Joseph Nye "the ability to get what you want through attraction rather than coercion" (ver Joseph Nye, 2004).

¹⁴ As últimas estatísticas oficiais da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas - 2007, apontam para um total de 4.968.856 pessoas repartidas por diversos países e continentes, concentrando-se 57% no continente Americano, 31% na Europa, 7% em África e 3% na Ásia. As maiores comunidades, com mais de 250.000 pessoas, são por ordem decrescente: EUA (1.349.161); França (791.388); Brasil (700.000); Venezuela (400.000); Canadá (357.690); África do Sul (300.000); e Reino Unido (250.000).

Referências Bibliográficas

- Antolín, J. B. (1998), "The Chinese in Spain" in Benton, G. e Pieke, F.N. (org.), *The Chinese in Europe*, Basingstoke: Macmillan, pp. 211-37.
- Antolín, J. B. (2000), "La Empresa Familiar, Trabajo, Redes Sociales y Familia en el Colectivo Chino", in *Ofrim/Suplementos*, n.º 6, pp. 129-53.
- Antolín, J. B. (2003), "Diáspora y Comunidades Asiáticas en España" in *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, vol. 7.
- Benton, G. e Pieke, F. (org.) (1997), *The Chinese in Europe*, Oxford: Institute for Chinese Studies, University of Oxford.
- Bordes-Benayoun, C. e Schnapper, D. (2006), *Diasporas et Nations*, Paris: Odile Jacob.
- Carchedi, F. e Ferri, M. (1998), "The Chinese Presence in Italy; Dimensions and Structural Characteristics" in Benton, G. e Pieke, F. (orgs.), *The Chinese in Europe*, Basingstoke: Macmillan, pp. 261-77.
- Cattelain, C. (org.) (2001), *Les Modalités d'Entrée des Ressortissants Chinois en France*, Paris: Direction de la Population et des Migrations (DPM) e Association Franco-Chinoise Pierre Ducerf.
- Ceccagno, A. (2000), "The Chinese Diaspora in Italy: Language/s and Identity/ies", artigo apresentado na Thirteenth Conference of the European Association of Chinese Studies, Turim, 30 de Agosto - 2 de Setembro.
- Chaliand, G. e Rageau, J. P. (1995), *The Penguin Atlas of Diasporas*, Maps by C. Petit, Nova Iorque: Viking.
- Chan, G. (1999), "The Chinese in Britain" in *Brushstrokes*, 12 Junho.
- Chow, R. (1993), *Writing Diaspora: Tactics of Intervention in Contemporary Cultural Studies*, Indianapolis: Indiana University Press.
- Cohen, R. (1997), *Global Diasporas: An Introduction*, Seattle: University of Washington Press.
- Enright, M. (2001), "Enhancing SME Competitiveness – the OECD Bologna Ministerial Conference", OECD, Paris, Background Paper for Workshop 2.
- Enright, M., Scott, E. E. e Dodwell, D. (1997), *The Hong Kong Advantage*, Oxford e Nova Iorque: University Press.
- Guillon, M. (1998), "The Chinese and Chinese Districts in Paris", in Sinn, E. (org.), *The Last Half Century of Chinese Overseas*, Hong Kong: Hong Kong University Press, pp. 185-99.
- Gungwu, W. (1994): *China and the Chinese Overseas*, Londres: Times Academic Press, 5ª edição.
- Haley, G. T., Tan, C. T. e Haley, U. C. V. (1998), *New Asian Emperors: The Overseas Chinese, Their Strategies and Competitive Advantages*, Butterworth Heinemann.
- Haley, G. T., Tan, C. T. e Haley, U. C. V. (1998a) "Competitive Implications of the Overseas Chinese - Doing Business with the New Asian Emperors" in *Markplus Quarterly*, Outubro-Dezembro.
- International Organization for Migration (2003), *Labour Migration in Asia - Trends, Challenges and policy Responses in Countries of Origin*, Genebra: IOM - International Organization for Migration.

- International Organization for Migration (1998), "Chinese Immigrants in Central and Eastern Europe: The Cases of Czech Republic, Hungary e Romania" in Benton, G. e Pieke, F. N. (orgs.), *The Chinese in Europe*, Basingstoke: Macmillan, pp. 320-49.
- Jiménez, D. (2002), "Los chinos vienen de Qingtian" in *El Mundo*, n.º 341, 28 de Abril.
- Minghuan, L. (1998), "Living Among Three Walls? The Peranakan Chinese in the Netherlands" in Sinn, E. (org.), *The Last Half Century of Chinese Overseas*, Hong Kong: Hong Kong University Press, pp. 167-83.
- Neves, M. S. e Bridges, B. (orgs.) (2000), *Europe, China and the two SARs – towards a new era*, Londres: Macmillan, 2000.
- Nieto, G. (2002), "Inmigración China en España: Análisis Comparado con Otros Países Europeos" in Fanjul, E. e Molero, J. (orgs.), *Asia, una Nueva Frontera para España*, Madrid: Editorial Complutense, pp. 67-85.
- Nye, J. (2004), *Soft Power: the means to succeed in World Politics*, Nova Iorque.
- Nyíri, P. (1998), "New Migrants, New Community: The Chinese in Hungary, 1989-95" in Benton, G. e Pieke, F.N. (orgs.), *The Chinese in Europe*, Basingstoke: Macmillan, pp. 350-79.
- Nyíri, P. (1999), *The New Asian Migrants to Eastern Europe - The Case of the Chinese in Hungary* (disponível em: www.eurozine.com/article/1999-10-18-nyiri-en.html).
- Nyíri, P. (2000), *Non-Western Globalizations in Post- "Socialist" Hungary: Chinese Immigration and Its Significance* (disponível em: www.ucl.ac.uk/cds/pany1.htm).
- Observatory of European SMEs, European Commission (2002), *Regional Clusters in Europe*, n.º 3.
- Observatory of European SMEs, European Commission (2003), *Internationalization of SMEs*, n.º 4.
- Observatory of European SMEs, European Commission (2003), *SMEs and Cooperation*, n.º 5.
- OECD (2002), *International Mobility of the Highly Skilled*, Paris: OECD.
- Oliveira, C. R. (2003), *Immigrants' Entrepreneurial Opportunities: The Case of the Chinese in Portugal*, Fondazione Eni Enrico Mattei (disponível em: www.feem.it/web/attiv/_wp.html).
- Parker, D. (1998), "Chinese People in Britain: Histories, Futures and Identities" in Benton, G. e Pieke, F. N. (orgs.), *The Chinese in Europe*, Basingstoke: Macmillan, pp. 67-95.
- Picquart, P. (2003), *Le Mouvement Associatif Chinois et Franco-Chinois en France*, Paris: Centre d'Études, de Développement, de Recherches sur l'Immigration Chinoise et la Chine – CEDRIC.
- Picquart, P. (2003a), *Géopolitique Migratoire des Chinois en France* (disponível em: <http://groups.msn.com/chinoisdefrance/migrantschinois.msnw>).
- Picquart, P. (2004), *L'Empire Chinois – Histoire et Actualité de la Diaspora Chinoise*, Éditions Favre.
- Pieke, F. (2004), "Chinese Globalization and Migration to Europe", Working Paper n.º 94, Center for Comparative Immigration Studies, University of California, Março 2004.

- Pieke, F. (2002), *Recent Trends in Chinese Migration to Europe: Fujinese Migration in Perspective*, Genebra: IOM International Organization for Migration, IOM Migration Research Series, n.º 6.
- Pieke, F. e Benton, G. (1998), "The Chinese in Netherlands" in Benton, G. e Pieke, F. (orgs.), *The Chinese in Europe*, Basingstoke: Macmillan, pp. 125-67.
- Rocha-Trindade, M. B. (2000), "The Portuguese Diaspora" in *The Portuguese in Canada*, Toronto: University of Toronto Press, pp. 15-33.
- Rocha-Trindade, M. B., Santos Neves, M. e Bongardt, A. (2006), *A comunidade de negócios chinesa em Portugal: catalisadores da integração da China na economia global*, Oeiras: INA.
- Rocha-Trindade, M. B. (2007), "Migrações: o fim dos paradigmas clássicos" in *Cidade Solidária*, Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, vol. 10, n.º 18, pp. 6-11.
- Rosenau, J. (2002), "Governance in a New Global Order" in Held, D. e McGrew (orgs.), *Governing Globalization – power, authority and global governance*, Cambridge: Polity Press, pp. 70-86.
- Seagrave, S. (1995), *Lords of the RIM - The Invisible Empire of the Overseas Chinese*, Londres e Nova Iorque: Bantam Press.
- Sinn, E. e Guxiang, X. X. (1997), "A Study of Regional Associations as a Bonding Mechanism in the Chinese Diaspora, The Hong Kong Experience", *Modern Asian Studies*, vol. 31, n.º 2.
- Sinn, E. (org.) (1998), *The Last Half Century of Chinese Overseas*, Hong Kong: Hong Long University Press.
- Skeldon, R. (2000), *Myths and Realities of Chinese Irregular Migrations*, Genebra: IOM International Organization for Migration, IOM Migration Research Series, n.º 1.
- Skeldon, R. (2005), "Globalization, Skilled Migration and Poverty Alleviation: brain drains in context", Working Paper T15, Sussex: Development Research Centre on Migration, Globalization and Poverty, University of Sussex.
- Suryadinata, L. (org.) (1997), *Ethnic Chinese as Southeast Asians*, Singapore, Londres: Institute of Southeast Asian Studies.
- Teixeira, A. (1998), "Entrepreneurs of the Chinese Community in Portugal" in Benton, G. e Pieke, F. (orgs.), *The Chinese in Europe*, Basingstoke: Macmillan, pp. 238-60.
- Thunø, M. (1998), "The Chinese in Denmark", in Benton, G. e Pieke, F. (orgs.), *The Chinese in Europe*, Basingstoke: Macmillan, pp. 168-96.
- Trolliet, P. (1999), "Actualité de la Diaspora Chinoise", *Géopolitique*, n.º 67.
- Trolliet, P. (2000), *La Diaspora Chinoise*, Paris: Presses Universitaires de France.
- VV.AA. (2003), Número temático sobre "Migrations chinoises en Europe", *Revue Migrations Société*, vol. 15, n.º 89, Setembro-Outubro de 2003, Paris: CIEMI.
- Wickramasekera, P. (2002), *Asian Labour Migration: Issues and Challenges in an Era of Globalization*, International Migration Papers 57, Genebra: International Labor Office.
- Yu-Sion, L. (1998), "The Chinese Community in France: Immigration, Economic Activity, Cultural Organization and Representations" in Benton, G. e Pieke, F. (orgs.), *The Chinese in Europe*, Basingstoke: Macmillan, pp. 96-124.